

20/09/2021

PLENÁRIO

**REFERENDO NA MEDIDA CAUTELAR NA ARGUIÇÃO DE  
DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 640 DISTRITO FEDERAL**

**RELATOR** : **MIN. GILMAR MENDES**  
**REQTE.(S)** : PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL -  
PROS  
**ADV.(A/S)** : ROMULO MARTINS NAGIB E OUTRO(A/S)  
**INTDO.(A/S)** : PRESIDENTE DA REPÚBLICA  
**PROC.(A/S)(ES)** : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO  
**INTDO.(A/S)** : CONGRESSO NACIONAL  
**PROC.(A/S)(ES)** : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO  
**AM. CURIAE.** : REDE DE MOBILIZAÇÃO PELA CAUSA ANIMAL -  
REMCA  
**ADV.(A/S)** : CAROLINA BUSSENI BRANDAO  
**AM. CURIAE.** : PRINCÍPIO ANIMAL  
**ADV.(A/S)** : CICERA DE FATIMA SILVA  
**AM. CURIAE.** : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS  
ADVOGADOS DO BRASIL  
**ADV.(A/S)** : FELIPE DE SANTA CRUZ OLIVEIRA SCALETSKY

DIREITO CONSTITUCIONAL. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. DECISÕES DE ÓRGÃOS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS QUE AUTORIZAM O ABATE DE ANIMAIS APREENDIDOS EM SITUAÇÕES DE MAUS-TRATOS. QUESTÃO DE RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO ENVOLVENDO A INTERPRETAÇÃO DO ART. 225, §1º, VII, DA CF/88. CONHECIMENTO DA AÇÃO. INSTRUÇÃO DO FEITO. POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO IMEDIATO DO MÉRITO. ART. 12 DA LEI 9.868/99. DECLARAÇÃO DA ILEGITIMIDADE DA INTERPRETAÇÃO DOS ARTS. 25, §§1º E 2º DA LEI 9.605/1998, BEM COMO DOS ARTIGOS 101, 102 E 103 DO DECRETO 6.514/2008, QUE VIOLEM AS NORMAS CONSTITUCIONAIS RELATIVAS À PROTEÇÃO DA FAUNA E À PROIBIÇÃO DA SUBMISSÃO DOS ANIMAIS À CRUELDADE. PROCEDÊNCIA DA AÇÃO, NOS TERMOS DA INICIAL.

1. No caso, demonstrou-se a existência de decisões judiciais autorizando o abate de animais apreendidos em situação de maus-tratos, em interpretação da legislação federal que viola a norma fundamental de

**ADPF 640 MC-REF / DF**

proteção à fauna, prevista no art. 225, §1º, VII, da CF/88. A resistência dos órgãos administrativos à pretensão contida à inicial também demonstra a relevância constitucional da questão, o que justifica o conhecimento da ação.

2. A completa instrução do feito possibilita a conversão da ratificação de liminar em julgamento de mérito, nos termos do art. 12 da Lei 9.868/99.

3. A rigidez da Constituição de 1988 e o princípio da interpretação conforme a Constituição impedem o acolhimento de interpretações contrárias ao sentido hermenêutico do texto constitucional.

4. O art. 225, §1º, VII, da CF/88, impõe a proteção à fauna e proíbe qualquer espécie de maus-tratos aos animais, de modo a reconhecer o valor inerente a outras formas de vida não humanas, protegendo-as contra abusos. Doutrina e precedentes desta Corte .

5. As normas infraconstitucionais sobre a matéria seguem a mesma linha de raciocínio, conforme se observa do art. 25 da Lei 9.605/98, do art. art. 107 do Decreto 6.514/2008 e art. 25 da Instrução Normativa nº 19/2014 do IBAMA.

6. Ação julgada procedente para declarar a ilegitimidade da interpretação dos arts. 25, §§1º e 2º da Lei 9.605/1998, bem como dos artigos 101, 102 e 103 do Decreto 6.514/2008 e demais normas infraconstitucionais, em sentido contrário à norma do art. 225, §1º, VII, da CF/88, com a proibição de abate de animais apreendidos em situação de maus-tratos.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, sob a presidência do Senhor Ministro Luiz Fux, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, converter a ratificação da medida cautelar em julgamento de mérito e julgar procedente o pedido formulado na arguição de descumprimento de preceito fundamental, para declarar a ilegitimidade da interpretação dos arts. 25, §§ 1º e 2º, da

**ADPF 640 MC-REF / DF**

Lei 9.605/1998, bem como dos artigos 101, 102 e 103 do Decreto 6.514/2008 e demais normas infraconstitucionais, que autorizem o abate de animais apreendidos em situação de maus-tratos, nos termos do voto do Relator.

Brasília, Sessão Virtual de 10 a 17 de setembro de 2021.

Ministro **GILMAR MENDES**

Relator

*Documento assinado digitalmente*

20/09/2021

PLENÁRIO

**REFERENDO NA MEDIDA CAUTELAR NA ARGUIÇÃO DE  
DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 640 DISTRITO FEDERAL**

**RELATOR** : **MIN. GILMAR MENDES**  
**REQTE.(S)** : **PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL -  
PROS**  
**ADV.(A/S)** : **ROMULO MARTINS NAGIB E OUTRO(A/S)**  
**INTDO.(A/S)** : **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**  
**PROC.(A/S)(ES)** : **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**  
**INTDO.(A/S)** : **CONGRESSO NACIONAL**  
**PROC.(A/S)(ES)** : **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**  
**AM. CURIAE.** : **REDE DE MOBILIZAÇÃO PELA CAUSA ANIMAL -  
REMCA**  
**ADV.(A/S)** : **CAROLINA BUSSENI BRANDAO**  
**AM. CURIAE.** : **PRINCÍPIO ANIMAL**  
**ADV.(A/S)** : **CICERA DE FATIMA SILVA**  
**AM. CURIAE.** : **CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS  
ADVOGADOS DO BRASIL**  
**ADV.(A/S)** : **FELIPE DE SANTA CRUZ OLIVEIRA SCALETSKY**

**RELATÓRIO**

**O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (RELATOR):** Trata-se de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental proposta pelo Partido Republicano da Ordem Social (PROS) em relação à interpretação que vem sendo conferida aos artigos 25, §§1º e 2º (com redação conferida pela Lei 13.052/2014) e art. 32 da Lei 9.605/1998, bem como aos artigos 101, 102 e 103 do Decreto 6.514/2008, por parte de órgãos judiciais e administrativos, de modo a possibilitar o abate de animais apreendidos em situação de maus-tratos.

Sustenta o autor que a presente ação busca resguardar a aplicação dos preceitos fundamentais contidos nos artigos 5º, inciso II, e art. 225, §1º, inciso VII, da Constituição Federal, para que seja excluída a interpretação inconstitucional dos citados dispositivos legais que permita

**ADPF 640 MC-REF / DF**

o abate de animais apreendidos.

Eis o teor das normas legais e infralegais relativas ao presente caso:

**LEI 9.605/1998**

Art. 25. Verificada a infração, serão apreendidos seus produtos e instrumentos, lavrando-se os respectivos autos.

§ 1º Os animais serão prioritariamente libertados em seu habitat ou, sendo tal medida inviável ou não recomendável por questões sanitárias, entregues a jardins zoológicos, fundações ou entidades assemelhadas, para guarda e cuidados sob a responsabilidade de técnicos habilitados.

§ 2º Até que os animais sejam entregues às instituições mencionadas no § 1º deste artigo, o órgão autuante zelará para que eles sejam mantidos em condições adequadas de acondicionamento e transporte que garantam o seu bem-estar físico.

[...]

Art. 32. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

§ 1º Incorre nas mesmas penas quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos.

§ 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço, se ocorre morte do animal.

**DECRETO 6.514/2008**

Art. 101. Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

- I- apreensão;
- II- embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;
- III- suspensão de venda ou fabricação de produto;
- IV- suspensão parcial ou total de atividades;
- V- destruição ou inutilização dos produtos, subprodutos e

**ADPF 640 MC-REF / DF**

instrumentos da infração; e

VI- demolição.

§1º As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Art.102. Os animais, produtos, subprodutos, instrumentos, petrechos, veículos de qualquer natureza referidos no inciso IV do art. 72 da Lei 9.605, de 1998, serão objeto da apreensão de que trata o inciso I do art. 101, salvo impossibilidade justificada.

Art. 103. Os animais domésticos e exóticos serão apreendidos quando:

I- forem encontrados no interior de unidade de conservação de proteção integral; ou

II- forem encontrados em área de preservação permanente ou quando impedirem a regeneração natural de vegetação em área cujo corte não tenha sido autorizado, desde que, em todos os casos, tenha havido prévio embargo.

§1º Na hipótese prevista no inciso II, os proprietários deverão ser previamente notificados para que promovam a remoção dos animais do local no prazo assinalado pela autoridade competente.

§2º Não será adotado o procedimento previsto no § 1º quando não for possível identificar o proprietário dos animais apreendidos, seu preposto ou representante.

§3º O disposto no caput não será aplicado quando a atividade tenha sido caracterizada como de baixo impacto e previamente autorizada, quando couber, nos termos da legislação em vigor.

Aduz o requerente que os órgãos administrativos e judiciais vêm adotando interpretação das referidas normas que não só contrariam as referidas disposições, mas também violam expressamente normas da Constituição Federal de 1988.

Nesse sentido, o requerente alega violação aos preceitos fundamentais inscritos no art. 5º, II e art. 225, §1º, VII, da Constituição

**ADPF 640 MC-REF / DF**

Federal de 1988.

Alega que a interpretação que permite o abate de animais apreendidos em situação de maus-tratos não está autorizada pelas normas citadas.

Aduz também que essa prática ofende a Constituição, tendo em vista que ao invés de proteger os animais apreendidos em situação de maus-tratos, permite a crueldade, desrespeitando a integridade e a vida dos animais.

Argumenta que existem decisões judiciais autorizando, como regra, o sacrifício dos animais apreendidos e que tais decisões contrariam a Constituição de 1988, que garante a preservação da vida dos animais nessas hipóteses.

A requerente juntou aos autos cópia da legislação mencionada e das decisões judiciais representativas da relevante controvérsia judicial (eDOC 2).

Em 27 de março de 2020, concedi a medida cautelar pleiteada para: a) determinar a suspensão de todas as decisões administrativas ou judiciais, em âmbito nacional, que autorizem o sacrifício de animais apreendidos em situação de maus-tratos; b) reconhecer a ilegitimidade da interpretação dos arts. 25, §§1º e 2º da Lei 9.605/1998, bem como dos artigos 101, 102 e 103 do Decreto 6.514/2008 e demais normas infraconstitucionais, que determinem o abate de animais apreendidos em situação de maus-tratos.

Posteriormente, inclui o feito no Plenário Virtual para ratificação da medida cautelar. O processo foi retirado do ambiente de julgamento virtual em face de pedido de destaque formulado pelo Ministro Nunes Marques.

Foram apresentadas informações por parte do Ministério da Agricultura, da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Presidência da República e da Advocacia do Senado Federal (eDOCs 19, 26 e 43), nas quais são mencionadas preocupações sanitárias que autorizariam o abate de animais, razão pela qual os referidos órgãos pugnaram pelo não conhecimento e pela improcedência da ação.

**ADPF 640 MC-REF / DF**

A Câmara dos Deputados, por sua vez, encaminhou as informações relativas à tramitação das leis mencionadas na petição inicial.

A Advocacia-Geral da União apresentou duas manifestações. Na primeira oportunidade, o referido órgão requereu a improcedência da ação (eDOC 25).

Em petição ulterior, se manifestou pelo não conhecimento da demanda e, no mérito, pela parcial procedência da ação, para declarar a inconstitucionalidade de interpretações que autorizem o abate de animais fora das hipóteses de risco de natureza sanitária (eDOC 46).

A Procuradoria-Geral da República apresentou primeiro parecer pela improcedência do pedido (eDOC 64). Posteriormente, houve a retificação parcial da manifestação, com a apresentação de pedido de **parcial procedência** da ação, para consignar que o abate não seja permitido apenas em razão da apreensão por maus-tratos.

Proferi decisão admitindo o ingresso dos *amici curiae* Rede de Mobilização pela Causa Animal – REMCA, associação civil Princípio Animal e Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (eDOC 71). O Conselho Federal da OAB apresentou manifestação pela **procedência da ação** (eDOC 68).

Portanto, a ação já se encontra devidamente instruída e pronta para o julgamento de mérito, razão pela qual entendo ser cabível o julgamento definitivo desta ADPF, nos termos do art. 12 da Lei 9.868/99, conforme demonstrarei na parte inicial do meu voto.

É o relatório.



20/09/2021

PLENÁRIO

**REFERENDO NA MEDIDA CAUTELAR NA ARGUIÇÃO DE  
DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 640 DISTRITO FEDERAL**

**VOTO**

**O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (RELATOR):** Passo a apreciar as questões necessárias ao julgamento do feito.

**1. Do conhecimento da ação**

Entendo que devem ser rejeitadas as questões preliminares de não conhecimento da ação suscitadas pela Advocacia do Senado Federal e pela Advocacia-Geral da União.

Com efeito, o art. 103, §1º, da Constituição Federal, prevê a competência do STF para o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), nos termos da lei:

Art. 103. [...]

§ 1º A arguição de descumprimento de preceito fundamental, decorrente desta Constituição, será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, na forma da lei.

Ao regulamentar a referida norma, a Lei 9.882/99 tratou dos requisitos e procedimento da referida ação. Nesse sentido, os arts. 1º, parágrafo único, I, e art. 4º, §1º, preveem o seguinte:

Art. 1º A arguição prevista no § 1º do art. 102 da Constituição Federal será proposta perante o Supremo Tribunal Federal, e terá por objeto evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público.

Parágrafo único. Caberá também arguição de descumprimento de preceito fundamental:

I - quando for relevante o fundamento da controvérsia

**ADPF 640 MC-REF / DF**

constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição;

[...]

Art. 4º A petição inicial será indeferida liminarmente, pelo relator, quando não for o caso de arguição de descumprimento de preceito fundamental, faltar algum dos requisitos prescritos nesta Lei ou for inepta.

§ 1º Não será admitida arguição de descumprimento de preceito fundamental quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade.

É importante destacar que a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental foi criada para preencher um espaço residual expressivo no controle concentrado de constitucionalidade, que antes só poderia ser tutelado pelo sistema de controle difuso.

Conforme já destaquei em âmbito acadêmico, a ADPF foi instituída para suprir *“esse espaço, imune à aplicação do sistema direto de controle de constitucionalidade, que tem sido responsável pela repetição de processos, pela demora na definição de decisões sobre importantes controvérsias constitucionais e pelo fenômeno social e jurídico da chamada ‘guerra de liminares’”* (MENDES, Gilmar Ferreira. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental**: comentários à Lei n. 9.882, de 3.12.1999. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 19).

No âmbito da jurisprudência, registrei que a admissibilidade da ação se encontra vinculada *“à relevância do interesse público presente no caso”*, de modo que a *“ADPF configura modalidade de integração entre os modelos de perfil difuso e concentrado no Supremo Tribunal Federal”* (ADPF 33/PA, Tribunal Pleno, de minha Relatoria, j. 7.12.2005).

No caso em análise, o Partido requerente demonstrou a existência de decisões judiciais autorizando o abate de animais apreendidos em situação de maus-tratos, em interpretação da legislação federal que viola a norma fundamental de proteção à fauna, prevista no art. 225, §1º, VII, da CF/88.

**ADPF 640 MC-REF / DF**

Juntou, ainda, decisão que impediu o abate nessas situações, demonstrando a existência de relevante controvérsia constitucional.

Destaque-se que a jurisprudência do STF tem admitido o cabimento de ADPF para a impugnação de conjunto de decisões judiciais que possam causar a violação a preceitos fundamentais, de modo a possibilitar a resolução de questão constitucional de forma ampla, geral e irrestrita, com a produção de efeitos *erga omnes* (ADPF 444, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 14/06/2018; ADPF 387, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 23/03/2017; ADPF 324, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 30/08/2018).

Também é importante mencionar que embora a Advocacia do Senado e a Advocacia-Geral da União tenham sustentado a ausência de controvérsia constitucional relevante e o não preenchimento do requisito da subsidiariedade, a própria resistência ao acolhimento da pretensão autoral, que foi corroborada pelas informações prestadas pelo Ministério da Agricultura e pelo parecer dos órgãos ambientais nas decisões judiciais colacionadas aos autos, nos quais se defende a possibilidade de abate de animais apreendidos em situação de maus-tratos, demonstram a relevância e o cabimento desta ação.

Destaque-se que o caso em análise não se refere às situações concretas de abatimento de animais quando constatada a contaminação por doenças ou pragas infecto-contagiosas, mas sim à eliminação *a priori* da fauna apreendida em situação de maus-tratos, sob a alegada e hipotética possibilidade da ocorrência desses riscos ou em virtude de falhas do poder público na destinação dos animais às entidades previstas em lei.

**É importante que se faça esse registro no que se refere à delimitação do objeto da ação.**

De qualquer modo, a defesa de órgãos públicos da possibilidade de abate em casos de animais apreendidos em contexto de maus-tratos demonstra a relevância da controvérsia também no âmbito administrativo, de modo a justificar o cabimento desta ação.

**ADPF 640 MC-REF / DF**

Destarte, considerando o não cabimento de qualquer outra ação de controle objetivo de constitucionalidade apta a evitar a ocorrência da lesão aos preceitos indicados, reputo preenchido o requisito da **subsidiariedade**.

Ressalte-se ainda que a petição inicial foi apresentada por parte legitimada (art. 103, VIII, da CF/88, c/c art. 2º, I, da Lei 9.882/99).

Outrossim, há a indicação da suposta violação a preceitos fundamentais da Constituição da República.

Por esses motivos, entende-se ser o caso de cabimento e conhecimento da ação.

**2. Da conversão da cautelar em julgamento de mérito**

Também proponho, desde já, a conversão da ratificação da cautelar em julgamento de mérito, uma vez que o feito já se encontra instruído com as informações prestadas pelas autoridades competentes, a manifestação da AGU e o parecer da PGR.

Em casos como esse, entendo ser possível a aplicação da norma estabelecida pelo art. 12 da Lei 9.868/99, abaixo transcrita *in verbis*:

Art. 12. Havendo pedido de medida cautelar, o relator, em face da relevância da matéria e de seu especial significado para a ordem social e a segurança jurídica, poderá, **após a prestação das informações, no prazo de dez dias, e a manifestação do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral da República, sucessivamente, no prazo de cinco dias, submeter o processo diretamente ao Tribunal, que terá a faculdade de julgar definitivamente a ação.**

Destaque-se que há precedentes desta Corte pela aplicação integrativa da referida norma às Arguições de Descumprimento de Preceitos Fundamentais, tal como se observa, a título de exemplo, da decisão monocrática proferida pelo Ministro Ayres Britto na ADPF 173, em **20.8.2009**.

**ADPF 640 MC-REF / DF**

Não se deve perder de vista que o objetivo da norma prevista no art. 12 da Lei 9.886/99 é possibilitar a otimização dos julgamentos no Supremo, com a prolação de decisões em tempo razoável, mas sem desconsiderar a instrução do feito e as garantias processuais das partes.

Nessa linha, tenho afirmado, no âmbito acadêmico que:

“o disposto no art. 12 da Lei n. 9.868/99 tornou-se instrumento de inegável importância para a operação de nosso sistema de controle de constitucionalidade, apresentando-se como alternativa processual eficaz, principalmente em situações nas quais seja necessária a imediata supressão do estado de incerteza jurídica, evitando, ademais, a obstrução do andamento de outros processos, objetivos ou subjetivos, não raras vezes urgentes.” (MENDES, Gilmar Ferreira. **Controle de Constitucionalidade: ADI, ADC e ADO.** Comentários à Lei n. 9.868/99. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 352).

Por esses motivos, proponho a conversão da ratificação da medida cautelar em julgamento de mérito.

**3. Do mérito**

No caso, observa-se que a interpretação da legislação federal proposta pelos órgãos administrativos e adotada pelas autoridades judiciais, ao possibilitar o abate de animais apreendidos em condições de maus-tratos, ofende normas materiais da Constituição, em especial o art. 225, §1º, VII, da CF/88.

Quanto a esse ponto, deve-se anotar que a rigidez constitucional e o princípio da interpretação conforme a Constituição impedem o acolhimento de interpretações contrárias ao sentido hermenêutico do texto constitucional.

Tratando do referido assunto, são pertinentes as lições de Paulo Gonet Branco:

**ADPF 640 MC-REF / DF**

“Não se confunda, afinal, interpretação da lei conforme a Constituição, procedimento, como visto, sancionado pela jurisprudência e doutrina, com a interpretação da Constituição conforme a lei, pratica que encontra reservas nessas mesmas instancias. A admissibilidade sem a devida prudência de um tal exercício poderia levar à coonestação de inconstitucionalidades, deturpando-se o legítimo sentido da norma constitucional. Mas não é tampouco admissível desprezar a interpretação que o legislador efetua da norma da Carta ao editar a lei. Toda a cautela deve estar em não tomar como de necessário acolhimento a interpretação feita pelo legislador, evitando-se o equívoco de tratar o legislador como o intérprete definitivo da Constituição ou como o seu intérprete autêntico. A parte esse extremismo, não há por que não recolher da legislação sugestões de sentido das normas constitucionais. A propósito, não são poucas as ocasiões em que o constituinte eleva ao *status* constitucional conceitos e disposições pré-constitucionais, que foram desenvolvidos anteriormente pelo legislador infraconstitucional.” (MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. p. 96).

No que se refere especificamente ao objeto da presente controvérsia, a Constituição Federal possui norma expressa que impõe a proteção à fauna e proíbe qualquer espécie de maus-tratos aos animais:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

**VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.**

**ADPF 640 MC-REF / DF**

Pode-se dizer que a jurisprudência do STF tem contribuído para o fortalecimento do direito à preservação do meio ambiente, sobretudo a partir de sua dimensão objetiva, ou seja, da exigência de respeito aos deveres de proteção ambiental estabelecidos na Constituição e da criação de normas de organização e procedimento que viabilizem o alcance das finalidades constitucionais

Subjacente a esses deveres constitucionais expressos está a ideia de um Estado ambientalmente sustentado. Segundo J. J. Gomes Canotilho, a noção de Estado Democrático de Direito está fundada num conjunto de dimensões ou qualidades (Estado de Direito, Estado Constitucional, Estado Democrático, Estado Social), dentre as quais se destaca a de um **Estado Ambiental**.

Na Alemanha, por exemplo, evidencia-se a concepção de um Estado de direito do ambiente (*Umweltrechtstaat*), para ressaltar-se a responsabilidade das “exigências de os Estados e as comunidades políticas conformarem as suas políticas e estruturas organizatórias de forma ecologicamente auto-sustentada” e o “dever de adoção de comportamentos públicos e privados amigos do ambiente de forma a dar expressão concreta à assumpção da responsabilidade dos poderes públicos perante as gerações futuras.” (CANOTILHO, J. J. Gomes. Estado de direito. Lisboa-Portugal: Gradiva, 1999, Cadernos Democráticos, v. 7, p. 44).

Nesse sentido, Canotilho assevera a configuração contemporânea de um Estado Constitucional Ecológico e de uma Democracia Sustentada, que explicita horizontes de releitura e competição de perspectivas individualistas, publicistas, associativas e globalistas de consideração do meio ambiente de forma concorrente, e aponta para uma percepção integrativa do ambiente e para um agir integrativo da administração (CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Estado Constitucional Ecológico e Democracia Sustentada. In: GRAU, Eros Roberto; CUNHA, Sérgio Sérulo da (Orgs.). Estudos de Direito Constitucional: em homenagem a José Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros Editores, 2003, p. 102).

A Constituição da República Portuguesa, por exemplo, dispõe – em

**ADPF 640 MC-REF / DF**

seu artigo 66 – sobre o meio ambiente de forma semelhante ao artigo 225 da Constituição Brasileira, ao impor tarefas à coletividade e ao Poder Público para a efetividade daquele direito, inclusive para prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos. Ao analisar o referido artigo, Canotilho afirma que “a defesa do ambiente pode justificar restrições a outros direitos constitucionalmente protegidos. Assim, por exemplo, a liberdade de livre iniciativa econômica (art. 61) tem no direito ao ambiente um factor de numerosas restrições (localização de estabelecimentos, proibição ou limitação de efluentes e gases, requisitos quanto à composição de produtos, limitações ao uso da terra, etc.)” (CANOTILHO, J. J. Gomes; MOREIRA, Vital. *Constituição da República Portuguesa anotada*. São Paulo: Revista dos Tribunais; Coimbra, PT: Coimbra Editora, 2007, p. 846).

No caso do Brasil, o artigo 225 da Constituição, ao impor à coletividade e ao Poder Público o dever de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações, dispõe sobre um dever geral de prevenção dos riscos ambientais, na condição de uma ordem normativa objetiva de antecipação de futuros danos ambientais, que são apreendidos juridicamente pelos princípios da prevenção (riscos concretos) e da precaução (riscos abstratos).

Em outras palavras, tem relevância aqui a dimensão objetiva do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

No que se refere à proteção dos animais, o art. 225, § 1.º, VII, da CF/88, prevê o dever do Estado de proteção da fauna e da flora, com a proibição de condutas que coloquem em risco sua função ecológica, que provoquem a extinção das espécies ou submetam os animais à crueldade.

Ao comentar o referido dispositivo, Tiago Fensterseifer e Ingo Wolfgang Sarlet observam que a Constituição reconheceu o valor inerente a outras formas de vida não humanas, protegendo-as contra abusos. Os autores destacam que essa proteção não é meramente instrumental, pois o Constituinte teria vislumbrado a existência de um bem jurídico concorrente e interdependente, como um fim em si mesmo:

“A CF88, no seu art. 225, § 1.º, VII, enuncia de forma



**ADPF 640 MC-REF / DF**

expressa a vedação de práticas que ‘provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade’, o que sinaliza o reconhecimento, por parte do constituinte, do valor inerente a outras formas de vida não humanas, protegendo-as, inclusive, contra a ação humana, o que revela que não se está buscando proteger (ao menos diretamente e em todos os casos) apenas o ser humano. De igual maneira, parece difícil de conceber que o constituinte, ao proteger a vida de espécies naturais em face da sua ameaça de extinção, estivesse a promover unicamente a proteção de algum valor instrumental de espécies naturais; pelo contrário, deixou transparecer, em vista de tal consagração normativa, uma tutela da vida em geral nitidamente não meramente instrumental em relação ao ser humano, mas numa perspectiva concorrente e interdependente. **Especialmente no que diz com a vedação de práticas cruéis contra os animais, o constituinte revela de forma clara a sua preocupação com o bem-estar dos animais não humanos e a refutação de uma visão meramente instrumental da vida animal. A CF88 também traz de forma expressa no mesmo dispositivo a tutela da função ecológica da flora e da fauna, o que dá a dimensão de sistema ou ecossistema ambiental, no sentido de contemplar a proteção jurídica ampla e integrada dos recursos naturais e da Natureza em si. Dessa forma, ao que parece, a ordem constitucional está a reconhecer a vida do animal não humano e a Natureza em geral como um fim em si mesmo, de modo a superar ou ao menos relativizar o antropocentrismo kantiano.”** (FENSTERSEIFER, Tiago; SARLET, Ingo Wolfgang. *Direito Constitucional Ambiental*. 3 ed. rev. atual. ampl. São Paulo: RT, 2013.)

A doutrina também destaca que a proteção constitucional abrange tanto os animais silvestres (selvagens) como os domésticos ou domesticados (CANOTILHO, J.J. Gomes; MENDES, Gilmar F.; SARLET, Ingo W.; STRECK, Lenio L. (Coords.). **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2. ed. 2018 p. 887).

Ressalte-se que as normas constitucionais de proteção aos animais se

**ADPF 640 MC-REF / DF**

encontram em consonância com orientações técnicas nacionais e internacionais sobre o tema.

Nesses termos, conforme informado pelo Conselho Federal da OAB, o Conselho Federal de Medicina Veterinária e diversas instituições de renome internacional têm defendido a importância da proteção do bem-estar dos animais enquanto seres sencientes.

Destaco o seguinte trecho da referida manifestação (eDOC 68, p. 12):

“Com o objetivo de esclarecer acerca da consciência animal, o Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) realizou o III Congresso Brasileiro de Biomédica e Bem-estar Animal no ano de 2014, na cidade de Curitiba/PR.

Um dos frutos deste importante Congresso é a Declaração de Curitiba, que oficializa a posição de seus signatários de que os animais não humanos não são objetos, mas seres sencientes, ou seja, capazes de sentir dor e prazer, e que, por isso, não podem ser tratados como coisas.

A elaboração do documento surgiu por iniciativa do neurocientista norte-americano Philip Low, conhecido no mundo científico por ter idealizado a *Declaração de Cambridge* – assinada por 25 especialistas de renome internacional – sobre a consciência em animais.

A Declaração sobre Consciência em Animais foi proclamada publicamente em Cambridge, Reino Unido, no dia 07 de julho de 2012, durante *Francis Crick Memorial Conference* sobre a Consciência em Animais Humanos e não Humanos, e apresenta a conclusão de um grupo de neurocientistas de que os humanos não são os únicos animais com as estruturas neurológicas que geram consciência.

Seguindo as mesmas bases da *Declaração sobre a Consciência em Animais*, a *Declaração de Curitiba* registra a posição de que os animais não humanos não são objetos, mas seres sencientes, que merecem proteção especial. Eis o teor do manifesto:

**Declaração de Curitiba**

**ADPF 640 MC-REF / DF**

No dia 7 de agosto de 2014, durante o III Congresso Brasileiro de Bioética e Bem-estar Animal, os participantes, considerando as discussões e as ideias apresentadas, decidiram realizar a seguinte declaração:

**‘Nós concluímos que os animais não humanos não são objetos. Eles são seres sencientes. Consequentemente, não devem ser tratados como coisas’.**

Curitiba, 7 de agosto de 2014”

Informações semelhantes foram colacionadas aos autos por parte do *amicus curie* REMCA – Rede de Mobilização pela Causa Animal (eDOC 48, p. 6 e ss).

Destaque-se que essa corrente doutrinária que defende a proteção autônoma do meio ambiente e dos animais já foi acolhida pelo STF. No julgamento da ADI 4983, no qual o Tribunal declarou a inconstitucionalidade da prática cultural da vaquejada, o decano do STF, Ministro Marco Aurélio, assentou com clareza que:

“a vedação da crueldade contra animais na Constituição Federal deve ser considerada uma norma autônoma, de modo que sua proteção não se dê unicamente em razão de uma função ecológica ou preservacionista, e a fim de que os animais não sejam reduzidos à mera condição de elementos do meio ambiente. Só assim reconheceremos a essa vedação o valor eminentemente moral que o constituinte lhe conferiu ao propô-la em benefício dos animais sencientes”

(ADI 4983, Relator: Min. MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 06/10/2016, Processo Eletrônico DJe-087 Divulg. 26/04/2017, Public. 27/04/2017).

O STF tem atuado em outros casos que envolvem a implementação das normas constitucionais de proteção aos animais, com especial ênfase à proibição de práticas cruéis.

No julgamento da ADIn n. 2.514-7/SC, que tratava da

**ADPF 640 MC-REF / DF**

inconstitucionalidade de lei estadual de Santa Catarina que regulamentava as denominadas “rinhas de galo”, o Ministro Eros Grau registrou que *“ao autorizar a odiosa competição entre galos, o legislador estadual ignorou o comando contido no inciso VII do §1º, do artigo 225 da Constituição do Brasil, que expressamente veda práticas que submetam os animais a crueldade”*.

Esse posicionamento foi reafirmado no julgamento da ADI 1.856, de Relatoria do Ministro Celso de Mello, no qual declarou-se a inconstitucionalidade de lei semelhante, desta vez do Estado do Rio de Janeiro, com a rejeição ou *“descaracterização da briga de galo como manifestação cultural”* (ADI 1.856, Tribunal Pleno, Rel. Min. Celso de Mello, j. 26.5.2011).

Anote-se que esses dois precedentes são especialmente relevantes para a resolução do caso em análise, já que duas das decisões judiciais juntadas aos autos autorizam, expressamente, o abate imediato de *“galos de rinha”* apreendidos em situação de maus-tratos (eDOC 2, p. 100-111).

A leitura dessas decisões e do parecer do Ministério Público no caso de Patrocínio/MG demonstra que a situação de maus-tratos impostas por criadores particulares é reverberada pela omissão estatal na proteção dessas espécies, culminando com o processo de abate das aves naqueles casos em que os animais são recuperados.

Ou seja, há um círculo vicioso de exploração e crueldade contra os animais que culmina com a sua extinção.

Transcrevo abaixo os principais trechos das mencionadas decisões e manifestações ministeriais (eDOC 2, p. 100-111):

**DECISÃO DO JUIZ DE DIREITO DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES/BA**

“Depreende-se dos autos, que no dia 26 de julho de 2019, a Autoridade Policial, em operação conjunta com o Ministério Público do Estado da Bahia e demais Órgãos competentes de Luís Eduardo Magalhães/BA, [...] realizaram operação intitulada como ‘canta galo’, na propriedade da pessoa de prenome Jarbas, localizada na Avenida Alto da Lagoa, Bairro

**ADPF 640 MC-REF / DF**

Alto da Lagoa, desta urbe. [...]

**Ao ingressarem no recinto, os policiais civis, militares, representantes da OAB e o membro signatário do Ministério Público, encontraram 90 (noventa) galos, todos treinados para propiciar tal prática, postos em situação de maus-tratos. Outrossim, averiguaram objetos relacionados ao evento, quais sejam, biqueiras de metal, esporas, medicamentos destinados aos animais, tais como: anti-inflamatórios e hormônios injetáveis, além dos apetrechos destinados à ‘rinha de galo’.**

**Em conformidade com o deslinde da prática criminosa, apuraram que vários animais apresentavam ferimentos recentes, outros de lutas finalizadas pouco antes das autoridades adentrarem [...]**

**O Ministério Público [...] opinou pelo abatimento dos animais, em observância ao parecer técnico relatado e, ainda, face a inviabilidade de dar outro destino aos galos. [...]**

Semelhantemente, em resposta, o IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais, situado em Barreiras/BA, noticiou que não possui estrutura física para o alojamento de animais domésticos, registrando atribuição de, somente na hipótese de ANIMAIS SILVESTRES, destiná-los ao Centro de Triagem de Animais Silvestres – CETAS. [...]

No caso em tela, trata-se de apreensão de animais domésticos, em flagrante delito, através de operação policial amplamente noticiada na mídia local, de forma que a materialidade do crime previsto no art. 32 da Lei 9.605/98 resta substancialmente demonstrada nos elementos coligidos aos autos. [...]

Não se pode olvidar que a finalidade das citadas normas visa, precipuamente, preservar a integridade e bem estar dos animais apreendidos, quando da configuração da prática de atos ilícitos. [...]

Noutro giro, a entrega dos animais, sob custódia, a outras entidades, tais como zoológicos e/ou ONGs resta inviabilizada, pelo fato dos galos apreendidos terem sido treinados, muitos desde o nascimento, para lutar e matar brutalmente outros

**ADPF 640 MC-REF / DF**

animais da mesma espécie. [...]

**À vista do exposto, considerando a impossibilidade da manutenção dos animais, bem como sua devolução aos proprietários DEFIRO O PLEITO MINISTERIAL, ao passo que DETERMINO O ABATE DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS APREENDIDOS”.**

**PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE PATROCÍNIO/MG**

“Da atenta análise dos autos, bem como dos esclarecimentos da autoridade policial às fls. 48/52, constata-se que mediante cumprimento de mandados de busca e apreensão expedidos nestes autos foram identificadas 46 (quarenta e seis) aves criadas em gaiolas, caracterizadoras do delito de maus tratos [...]

As aves utilizadas para rinha têm uma criação diferenciada.

**Primeiramente, como se constata do simples acesso às fotos dos locais onde os galos são mantidos, eles têm sua mobilidade restringida ao ponto de configurar crime de maus tratos. [...]**

**Qualquer animal impossibilitado de se movimentar tem sua musculatura atrofiada, o que não ocorre com os galos criminosamente criados para a rinha. Isto se dá em razão do treinamento ao qual são submetidos pelos proprietários ou cuidadores, somado à comum aplicação de medicamentos hormonais.**

**Além dos exercícios promovidos pelas pessoas que os manejam [...] tem-se a necessidade de instigar-lhes a agressividade. Para que isto seja possível é preciso amputar-lhe as cristas, locais estes considerados frágeis, com grande irrigação sanguínea, cujas lesões levam a hemorragia e debilitação das aves. Também são amputadas a esporas e, por vezes, a ponta dos bicos. [...] Por ocasião das rinhas oficiais, as quais são permeadas por altas apostas, são colocados nos galos biqueiras e próteses de esporas, tornando sangrenta as disputas**

**ADPF 640 MC-REF / DF**

e alegrando os criminosos proprietários e/ou apostadores. [...]

Considerando a necessidade de finalizar as diligências policiais e concluir as investigações, requer o Ministério Público: [...]

3. Que conste na decisão de Vossa Excelência autorização para a autoridade policial analisar, caso a caso, levando em consideração a avaliação médica veterinária, a conveniência da doação para consumo humano ou do **abate para descarte** de cada um dos animais apreendidos.

**DECISÃO DA JUÍZA DE PATROCÍNIO/MG**

Trata-se de pedido de autorização para busca e apreensão de galos criados para fins de rinha e mantidos em condições precárias, deflagrando indícios de maus tratos.

Segundo a autoridade policial, quando do cumprimento do mandado de busca e apreensão anteriormente deferido, foi constatada a existência de 46 (quarenta e seis) aves nos imóveis pertencentes a Edson Estevam Mécua e Edilson Pereira da Silva, as quais encontravam-se em gaiolas e em condições caracterizadoras dos delitos apurados.

O Ministério Público opinou pelo deferimento do pedido (fls. 54/59).

Assim, presentes os requisitos legais (artigo 240, §1º, do Código de Processo Penal), defiro o pedido de busca e apreensão nos endereços constantes dos mandados de fls. 12/13, com a finalidade de retirar da posse dos proprietários (depositários) os animais (galos) apreendidos (fls. 15/33).

**Autorizo a autoridade policial a efetivar a doação para consumo humano ou o abate para descarte dos animais apreendidos, observada a avaliação médica veterinária a ser realizada em cada um dos animais.**

**Consigno que, na dúvida, deverá o animal ser abatido para descarte, a fim de evitar qualquer prejuízo à saúde humana”**

Portanto, o abate imediato dos animais apreendidos em situação de

**ADPF 640 MC-REF / DF**

maus-tratos viola a *ratio decidendi* dos precedentes firmados nas ADIs 2514 e 1856.

Anote-se que a jurisprudência do STF tem considerado a existência de normas constitucionais conflitantes nas relações entre o meio ambiente e diversas outras manifestações humanas na área da cultura, da religião e da economia.

Por esse motivo, o Tribunal tem se utilizado do princípio da proporcionalidade e da harmonização prática para resolver as hipóteses de conflito.

**Nessa linha, é importante assentar, por exemplo, que a atividade de criação de animais para consumo é de grande relevância para a economia nacional e para a alimentação da população, razão pela qual deve ser realizada a partir das determinações sanitárias e de proteção ambiental, evitando-se práticas que causem sofrimento injustificado aos animais.**

**Em outra hipótese de conflito, o STF decidiu, nos autos do Recurso Extraordinário 496.601 (Tribunal Pleno, Red. p. o acórdão Min. Edson Fachin, j. 28.3.2019), pela constitucionalidade de lei estadual que possibilita o sacrifício de animais em rituais religiosos de matrizes africanas, desde que também não sejam cometidos excessos ou crueldades. Nesse julgamento, promoveu-se a adequada compatibilização entre a liberdade religiosa e as normas de proteção à vida animal.**

**Outrossim, nos casos comprovados de doenças, pragas ou outros riscos sanitários, também é possível justificar o sacrifício de espécimes animais.**

Contudo, reitero que esse não é o caso dos autos. A situação em exame trata do abate imediato de animais apreendidos em situação de maus-tratos, circunstância que a norma do art. 225, §1º, VII, da CF/88, enquanto vetor interpretativo da legislação federal, não autoriza.

Anote-se que a legislação infraconstitucional segue a mesma linha de proteção ao bem-estar dos animais apreendidos em situação de risco. Nesse sentido, o art. 25 da Lei 9.605/98 prevê que os animais apreendidos



**ADPF 640 MC-REF / DF**

em autos de infração ambiental serão *“prioritariamente libertados em seu habitat”*.

Não sendo essa medida viável ou recomendável por questões sanitárias, a norma legal prevê que as autoridades competentes devem entregar os espécimes a *“jardins zoológicos, fundações ou entidades assemelhadas, para guarda e cuidados sob a responsabilidade de técnicos habilitados”*.

De forma semelhante, veja-se o que dispõe o art. 107 do Decreto 6.514/2008:

“Art. 107. Após a apreensão, a autoridade competente, levando-se em conta a natureza dos bens e animais apreendidos e considerando o risco de perecimento, procederá da seguinte forma:

I- os animais da fauna silvestre serão libertados em seu *habitat* ou entregues a jardins zoológicos, fundações, entidades de caráter científico, centros de triagem, criadouros regulares ou entidades assemelhadas, desde que fiquem sob a responsabilidade de técnicos habilitados, podendo ainda, respeitados os regulamentos vigentes, serem entregues em guarda doméstica provisória.

II- os animais domésticos ou exóticos mencionados no art.103 poderão ser vendidos;

[...]

§1º Os animais de que trata o inciso II, após avaliados, poderão ser doados, mediante decisão motivada da autoridade ambiental, sempre que sua guarda ou venda forem inviáveis econômica ou operacionalmente.

§2º A doação a que se refere o § 1º será feita às instituições mencionadas no art. 135.”

Tem-se, ainda, o art. 25 da Instrução Normativa nº 19/2014 do IBAMA:

“Art. 25. São modalidades de destinação:

**ADPF 640 MC-REF / DF**

I - no caso de animais silvestres:

a) soltura em seu habitat natural;

b) cativeiro (jardins zoológicos, fundações, entidades de caráter científico, centros de triagem, criadouros regulares ou entidades assemelhadas), desde que confiados a técnicos habilitados;

II - no caso de animais domésticos e exóticos:

a) venda ou leilão;

b) doação;”

No caso em análise, o requerente demonstrou, para além de qualquer dúvida, a prolação de decisões judiciais e a manifestação de posições administrativas que violam o comando constitucional do art. 225, §1º, VII, da CF/88.

É certo que os problemas estruturais e financeiros mencionados nas decisões judiciais e nas manifestações administrativas são relevantes. Contudo, tais questões não autorizam o abate dos animais apreendidos em situações de maus-tratos, mas sim o uso dos instrumentos acima descritos, quais sejam a soltura em *habitat* natural ou em cativeiros, a doação a entidades especializadas ou a pessoas habilitadas e inclusive o leilão.

Percebe-se, portanto, que as autoridades públicas têm se utilizado da norma de proteção aos animais em sentido inverso ao estabelecido pela Constituição, para determinar a opção preferencial de abate de animais apreendidos em situação de risco.

A decisão proferida pela Juíza de Direito de Patrocínio/MG, acima transcrita, bem elucida esse ponto, ao autorizar a doação dos animais apreendidos “*para consumo humano ou abate para descarte*”, consignando que “*na dúvida, deverá o animal ser abatido para descarte, a fim de evitar qualquer prejuízo à saúde humana*” (eDOC 2, p. 109-111).

Nesses casos, o que se observa é a instrumentalização da norma de proteção constitucional à fauna e de proibição de práticas cruéis, com a adoção de decisões que violam o art. 225, §1º, VII, da CF/88, invertendo a lógica de proteção dos animais apreendidos em situação de maus-tratos

**ADPF 640 MC-REF / DF**

para estabelecer, como regra, o abate.

Em outras palavras, a interpretação colacionada aos autos de que “na dúvida, deverá o animal ser abatido para descarte” não se compatibiliza com as normas constitucionais de proteção dos animais contra abusos, crueldades ou maus-tratos. A finalidade das normas protetivas não autoriza concluir que os animais devam ser resgatados de situações de maus-tratos para, logo em seguida, serem abatidos.

Por outro lado, o Partido requerente colacionou aos autos decisão proferida no mandado de segurança 1003177-85.2017.4.01.3300, no qual o Juízo da 16ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia deferiu a segurança para determinar que o Ibama não realizasse o abate de galos apreendidos em decorrência de maus-tratos, adotando medidas alternativas como a manutenção em cativeiro às expensas dos proprietários ou a liberação nos termos do art. 25, §1º, da Lei 9.605/98.

Essa parece ser a interpretação mais condizente com as normas constitucionais aplicáveis à espécie, bem como em face da legislação infraconstitucional existente.

Anote-se que as decisões judiciais e interpretações administrativas que justificam o abate preferencial e imediato de animais apreendidos em condições de maus-tratos violam não apenas a norma do art. 225, §1º, VII, mas também o princípio da legalidade contido no *caput* art. 37 da CF/88.

Isso porque inexistente autorização legal expressa que possibilite o abate de animais no caso específico de apreensão em situação de maus-tratos, conforme se observa da literalidade dos artigos 25, §§1º e 2º (com redação conferida pela Lei 13.052/2014), *c/c* art. 32 da Lei 9.605/1998, bem como os artigos 101, 102 e 103 do Decreto 6.514/2008.

O §2º do art. 25 da Lei 9.605/98 é inclusive expresso ao afirmar o dever do poder público de zelar pelo “bem-estar físico” dos animais apreendidos, até a entrega às instituições adequadas como jardins zoológicos, fundações ou entidades assemelhadas.

Portanto, apenas uma interpretação inconstitucional das referidas normas poderia autorizar o abate em seguida à apreensão de animais em situação de maus-tratos.

**ADPF 640 MC-REF / DF**

**Conclusão**

Ante o exposto, julgo **procedente** a presente arguição de descumprimento de preceito fundamental para declarar a ilegitimidade da interpretação dos arts. 25, §§1º e 2º da Lei 9.605/1998, bem como dos artigos 101, 102 e 103 do Decreto 6.514/2008 e demais normas infraconstitucionais, que autorizem o abate de animais apreendidos em situação de maus-tratos.

É como voto.

**REFERENDO NA MEDIDA CAUTELAR NA ARGUIÇÃO DE  
DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 640 DISTRITO FEDERAL**

**RELATOR** : **MIN. GILMAR MENDES**  
**REQTE.(S)** : **PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL -  
PROS**  
**ADV.(A/S)** : **ROMULO MARTINS NAGIB E OUTRO(A/S)**  
**INTDO.(A/S)** : **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**  
**PROC.(A/S)(ES)** : **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**  
**INTDO.(A/S)** : **CONGRESSO NACIONAL**  
**PROC.(A/S)(ES)** : **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**

**V O T O**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – O Partido Republicano da Ordem Social – Pros ajuizou esta arguição de descumprimento de preceito fundamental, tendo como objeto decisões judiciais e administrativas por meio das quais autorizado o abate de animais apreendidos em situação de maus-tratos, a partir de interpretação dos artigos 25, parágrafos 1º e 2º, 32 da Lei nº 9.605/1998, na redação dada pela de nº 13.052/2014, 101, 102 e 103 do Decreto nº 6.514/2008. Eis o teor:

Lei nº 9.605/1998:

Art. 25. Verificada a infração, serão apreendidos seus produtos e instrumentos, lavrando-se os respectivos autos.

§ 1º Os animais serão prioritariamente libertados em seu habitat ou, sendo tal medida inviável ou não recomendável por questões sanitárias, entregues a jardins zoológicos, fundações ou entidades assemelhadas, para guarda e cuidados sob a responsabilidade de técnicos habilitados.

§ 2º Até que os animais sejam entregues às instituições mencionadas no § 1º deste artigo, o órgão autuante zelará para que eles sejam mantidos em condições adequadas de acondicionamento e transporte que garantam o seu bem-estar físico.

**ADPF 640 MC-REF / DF**

[...]

Decreto nº 6.514/2008:

Art. 101. Constatada a infração ambiental, o agente atuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

- I – apreensão;
- II – embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;
- III – suspensão de venda ou fabricação de produto;
- IV – suspensão parcial ou total de atividades;
- V – destruição ou inutilização dos produtos, subprodutos e instrumentos da infração; e
- VI – demolição.

§ 1º As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

§ 2º A aplicação de tais medidas será lavrada em formulário próprio, sem emendas ou rasuras que comprometam sua validade, e deverá conter, além da indicação dos respectivos dispositivos legais e regulamentares infringidos, os motivos que ensejaram o agente atuante a assim proceder.

§ 3º A administração ambiental estabelecerá os formulários específicos a que se refere o § 2º.

§ 4º O embargo de obra ou atividade restringe-se aos locais onde efetivamente caracterizou-se a infração ambiental, não alcançando as demais atividades realizadas em áreas não embargadas da propriedade ou posse ou não correlacionadas com a infração.

Art. 102. Os animais, produtos, subprodutos, instrumentos, petrechos, veículos de qualquer natureza referidos no inciso IV do art. 72 da Lei nº 9.605, de 1998, serão objeto da apreensão de que trata o inciso I do art. 101, salvo

**ADPF 640 MC-REF / DF**

impossibilidade justificada.

Parágrafo único. A apreensão de produtos, subprodutos, instrumentos, petrechos e veículos de qualquer natureza de que trata o *caput* independe de sua fabricação ou utilização exclusiva para a prática de atividades ilícitas.

Art. 103. Os animais domésticos e exóticos serão apreendidos quando:

I – forem encontrados no interior de unidade de conservação de proteção integral; ou

II – forem encontrados em área de preservação permanente ou quando impedirem a regeneração natural de vegetação em área cujo corte não tenha sido autorizado, desde que, em todos os casos, tenha havido prévio embargo.

§ 1º Na hipótese prevista no inciso II, os proprietários deverão ser previamente notificados para que promovam a remoção dos animais do local no prazo assinalado pela autoridade competente.

§ 2º Não será adotado o procedimento previsto no § 1º quando não for possível identificar o proprietário dos animais apreendidos, seu preposto ou representante.

§ 3º O disposto no *caput* não será aplicado quando a atividade tenha sido caracterizada como de baixo impacto e previamente autorizada, quando couber, nos termos da legislação em vigor.

Aponta violados os artigos 5º, inciso II, e 225, § 1º, inciso VII, da Constituição Federal. Busca a declaração de inconstitucionalidade, sem redução de texto, das normas, a fim de afastar interpretação no sentido da possibilidade de serem abatidos animais apreendidos em condições reveladoras de maus-tratos.

O Relator, ministro Gilmar Mendes, deferiu a liminar, em 27 de março de 2020, determinando a suspensão dos pronunciamentos judiciais e administrativos a versarem a matéria e assentando a impropriedade de entendimento a autorizar o abate nessas circunstâncias.

**ADPF 640 MC-REF / DF**

Formalizou voto pelo referendo do ato, dizendo do valor inerente a formas de vida não humanas, vedadas práticas cruéis.

A interpretação conforme à Constituição Federal e a declaração de inconstitucionalidade sem redução de texto pressupõem ato normativo que revele duplo alcance, ambiguidade, que possa merecer esta ou aquela interpretação.

Há o risco de, a esse pretexto, redesenhar-se as normas em exame, assumindo o Supremo – contrariando, e não protegendo, a Carta da República – o papel de legislador positivo ou órgão consultivo. Não cabe atuar fazendo recomendações.

Indago: onde há o conflito, com a Constituição Federal, dos preceitos legais? Preveem infrações e sanções penais e administrativas decorrentes de condutas lesivas ao meio ambiente.

O controle concentrado de constitucionalidade implica ser feito cotejo da norma com a Lei Maior. E, para que se diga o ato merecedor de glosa, indispensável é que surja conflito evidente, principalmente quando se trata de exame precário e efêmero, como próprio à análise do pedido de medida cautelar.

Os diplomas não dispõem sobre abate de animais apreendidos em situação de maus-tratos, inexistindo campo à atuação do Supremo em sede de controle abstrato.

Não há relevância na articulação veiculada na inicial considerados os dispositivos legais, tampouco risco de se aguardar, sem envolver as autoridades próprias, o julgamento definitivo.

Deixo de referendar a liminar implementada.



20/09/2021

PLENÁRIO

**REFERENDO NA MEDIDA CAUTELAR NA ARGUIÇÃO DE  
DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 640 DISTRITO FEDERAL**

**RELATOR** : **MIN. GILMAR MENDES**  
**REQTE.(S)** : **PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL -  
PROS**  
**ADV.(A/S)** : **ROMULO MARTINS NAGIB E OUTRO(A/S)**  
**INTDO.(A/S)** : **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**  
**PROC.(A/S)(ES)** : **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**  
**INTDO.(A/S)** : **CONGRESSO NACIONAL**  
**PROC.(A/S)(ES)** : **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**  
**AM. CURIAE.** : **REDE DE MOBILIZAÇÃO PELA CAUSA ANIMAL -  
REMCA**  
**ADV.(A/S)** : **CAROLINA BUSSENI BRANDAO**  
**AM. CURIAE.** : **PRINCÍPIO ANIMAL**  
**ADV.(A/S)** : **CICERA DE FATIMA SILVA**  
**AM. CURIAE.** : **CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS  
ADVOGADOS DO BRASIL**  
**ADV.(A/S)** : **FELIPE DE SANTA CRUZ OLIVEIRA SCALETSKY**

**VOTO-VOGAL**

**O SENHOR MINISTRO NUNES MARQUES:** O Partido Republicano da Ordem Social – Pros ajuizou esta arguição de descumprimento de preceito fundamental, com pedido de medida cautelar, contra a interpretação conferida ao art. 25, §§ 1º e 2º (na redação dada pela Lei n. 13.052/2014) ao art. 32 da Lei n. 9.605/1998 (Lei de Proteção Ambiental) e aos arts. 101, 102 e 103 do Decreto federal n. 6.514/2008, os quais possibilitam a prática, por órgãos judiciais e administrativos, de determinação do abate de animais apreendidos em situação de maus-tratos.

Pugna, em sede cautelar, a suspensão imediata dos efeitos dos dispositivos, com a declaração de inconstitucionalidade, sem redução de

**ADPF 640 MC-REF / DF**

texto, de modo a coibir-se o abate dos animais apreendidos. Alternativamente, requer “sejam suspensas as decisões administrativas e judiciais que autorizem o sacrifício dos animais apreendidos, até o julgamento final desta ADPF”.

O rito adotado foi o do art. 6º da Lei n. 9.868/1999.

A Câmara dos Deputados manifestou-se no sentido de que a tramitação dos projetos de lei observou os ditames constitucionais e regimentais.

A Presidência da República pronunciou-se quanto à impossibilidade de se conferir interpretação conforme ao pedido. Ponderou, contudo, que se poderia falar em interpretação conforme a fim de que o abate de animais apreendidos em situação de maus-tratos permaneça impossível, com salvaguarda de “situações tecnicamente justificadas pelos órgãos competentes, sobretudo naquelas em que se constate o risco sanitário, a saúde ou qualquer outro risco ao ecossistema”.

A Advocacia-Geral da União defendeu o não conhecimento da arguição de descumprimento de preceito fundamental e, quanto ao mérito, pela procedência parcial do pleito.

Na sequência, a Procuradoria-Geral da República opinou pela procedência parcial do pedido de medida cautelar, para que seja “possível o abate de animais apreendidos em situação de maus-tratos apenas quando, diante da impossibilidade de liberação dos animais, justificar-se a medida no risco para a saúde pública e/ou para o meio ambiente, e desde que autorizado o abate pelos órgãos ambientais competentes”.

**É o contexto. Passo ao voto.**

**ADPF 640 MC-REF / DF**

De início, tenho que a via eleita pode ser manejada com a finalidade de solucionar controvérsias sobre a constitucionalidade de ato normativo federal em face de preceitos destinados à garantia constitutiva de direitos fundamentais previstos na Carta da República.

Quanto ao princípio da subsidiariedade, próprio da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos moldes do art. 4º, § 1º, da Lei n. 9.882/1999, reconheço demonstrada a existência de **decisões judiciais variadas a determinarem o abate de animais apreendidos em virtude de crime de maus-tratos**, em contraste com os preceitos da legalidade e da proteção ao meio ambiente previstos na Constituição Federal, **sem que haja qualquer outra ação de controle direto de constitucionalidade capaz de resolver a totalidade da controvérsia em caráter abstrato e abrangente.**

Evoca-se, na inicial, o princípio da legalidade, plasmado, de forma genérica, no art. 5º, II, da Constituição Federal e, em conexão mais estreita com o tema destes autos, a **proteção ao meio ambiente equilibrado**, mais especificamente à fauna, conforme previsto no art. 225, § 1º, VII, da Carta Magna. Busca-se, assim, dirimir controvérsia constitucional relevante de forma geral e imediata.

Assim, conheço da arguição de descumprimento de preceito fundamental.

**Avanço ao mérito.**

O Partido Republicano da Ordem Social (Pros) alega, em apertada síntese, que os arts. 25, §§ 1º e 2º, e 32 da Lei n. 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais) e os arts. 101, 102 e 103 do Decreto n. 6.514/2008 (disciplina o processo administrativo para apurações de infrações e sanções ao meio ambiente) não que ser declarados inconstitucionais, conferindo-se interpretação conforme à Constituição, sem redução de texto, a fim de

**ADPF 640 MC-REF / DF**

**que se exclua a possibilidade de abate dos animais apreendidos em decorrência do crime de abuso, maus-tratos.**

Sustenta que a interpretação a favor da permissão do abate dos animais vítimas de abusos, com fulcro na legislação impugnada, não tem base jurídica, visto que, além de contrariar o texto constitucional, mais precisamente o art. 225, § 1º, VII, da Constituição Federal, também “sob o pretexto de protegê-los, acaba por permitir a continuidade da crueldade infligida aos animais, desrespeitando seu direito à integridade e privando-lhes de sua vida”.

Argui, por fim, que, contrariamente ao abate, a **função estatal é de resguardar a integridade desses animais já vítimas de crimes, e não de lhes suprimir a vida.**

É o teor dos artigos impugnados, *in verbis*:

**Lei n. 9.605/1998:**

Art. 25. Verificada a infração, serão apreendidos seus produtos e instrumentos, lavrando-se os respectivos autos.

§ 1º Os animais serão prioritariamente libertados em seu habitat ou, sendo tal medida inviável ou não recomendável por questões sanitárias, entregues a jardins zoológicos, fundações ou entidades assemelhadas, para guarda e cuidados sob a responsabilidade de técnicos habilitados.

§ 2º Até que os animais sejam entregues às instituições mencionadas no § 1º deste artigo, o órgão atuante zelará para que eles sejam mantidos em condições adequadas de acondicionamento e transporte que garantam o seu bem-estar físico.

[...]

Art. 32. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar

**ADPF 640 MC-REF / DF**

animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos: Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

§ 1º Incorre nas mesmas penas quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos.

§ 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço, se ocorre morte do animal.

**Decreto n. 6.514/2008:**

Art. 101. Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

I – apreensão;

II – embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;

III – suspensão de venda ou fabricação de produto;

IV – suspensão parcial ou total de atividades;

V – destruição ou inutilização dos produtos, subprodutos e instrumentos da infração; e

VI – demolição.

§ 1º As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

§ 2º A aplicação de tais medidas será lavrada em formulário próprio, sem emendas ou rasuras que comprometam sua validade, e deverá conter, além da indicação dos respectivos dispositivos legais e regulamentares infringidos, os motivos que ensejaram o agente autuante a assim proceder.

§ 3º A administração ambiental estabelecerá os formulários específicos a que se refere o § 2º.

§ 4º O embargo de obra ou atividade restringe-se aos locais onde efetivamente caracterizou-se a infração ambiental, não alcançando as demais atividades realizadas em áreas não embargadas da propriedade ou posse ou não correlacionadas

**ADPF 640 MC-REF / DF**

com a infração.

Art. 102. Os animais, produtos, subprodutos, instrumentos, petrechos, veículos de qualquer natureza referidos no inciso IV do art. 72 da Lei no 9.605, de 1998, serão objeto da apreensão de que trata o inciso I do art. 101, salvo impossibilidade justificada.

Art. 103. Os animais domésticos e exóticos serão apreendidos quando:

I – forem encontrados no interior de unidade de conservação de proteção integral; ou

II – forem encontrados em área de preservação permanente ou quando impedirem a regeneração natural de vegetação em área cujo corte não tenha sido autorizado, desde que, em todos os casos, tenha havido prévio embargo.

§ 1º Na hipótese prevista no inciso II, os proprietários deverão ser previamente notificados para que promovam a remoção dos animais do local no prazo assinalado pela autoridade competente.

§ 2º Não será adotado o procedimento previsto no § 1º quando não for possível identificar o proprietário dos animais apreendidos, seu preposto ou representante.

§ 3º O disposto no *caput* não será aplicado quando a atividade tenha sido caracterizada como de baixo impacto e previamente autorizada, quando couber, nos termos da legislação em vigor.

O eminente Relator, ministro Gilmar Mendes, em 27 de março de 2020, concedeu a medida cautelar nos seguintes termos:

[...]

Ante o exposto, com base no art. 5º, §1º, da Lei 9.882/99, e art. 21, V, do RISTF, defiro a medida cautelar pleiteada para:

- a) determinar a suspensão de todas as decisões administrativas ou judiciais, em âmbito nacional, que autorizem o sacrifício de animais apreendidos em situação de maus-tratos;
- b) reconhecer a ilegitimidade da interpretação dos arts. 25,

**ADPF 640 MC-REF / DF**

§§1º e 2º da Lei 9.605/1998, bem como dos artigos 101, 102 e 103 do Decreto 6.514/2008 e demais normas infraconstitucionais, que determina o abate de animais apreendidos em situação de maus-tratos.

Estou de acordo com Sua Excelência.

Foi devidamente demonstrado nos autos que **não se trata de mera suposição; ou seja, há, de fato, exemplos concretos de interpretações administrativas e judiciais que admitem o sacrifício de animais apreendidos em condições de maus-tratos**. Logo, há mesmo necessidade e utilidade na prolação de pronunciamento jurisdicional, em controle abstrato, que afaste tal entendimento.

Ora, essa interpretação é uma **deturpação completa da finalidade legal da apreensão dos animais achados em condições degradantes**. Toda normativa dirigida a permitir que o Estado, no exercício do poder de polícia, possa apreender os animais nas condições referidas, está calcada na ideia de que tal **apreensão intenta fazer cessar a agressão**, de modo a se restabelecer, para os animais e para a comunidade, a proteção jurídica à vida e à integridade, em favor da efetivação do meio ambiente equilibrado, conforme a determinação da Constituição Federal, art. 225, especialmente o § 1º, VII:

Art. 225. Todos têm **direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado**, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a **efetividade desse direito**, incumbe ao Poder Público:

[...]

VII – **proteger a fauna e a flora, vedadas**, na forma da lei, **as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a**

**ADPF 640 MC-REF / DF**

**crueldade.**

Evidente que a **proteção aos animais não se realiza quando o ente público que deveria assegurá-la, após fazer cessar agressão por terceiro, pratica, ele mesmo, agressão extrema**, subtraindo-lhes a vida. É tão manifesto isso que custa acreditar haver se estabelecido controvérsia hermenêutica a respeito.

No estágio atual da sociedade, portanto, não se concebe seja conferido tratamento cruel e degradante aos animais, haja vista estarem também protegidos pela Constituição Federal; proteção expressamente prevista no mencionado art. 225, § 1º, VII.

Logo, **é inconcebível que tal se realize por meio da morte. Em condições normais, por pulsão inata, tudo que vive busca afastar-se da morte, a qual consiste em sofrimento presumido e extremo. Qualquer medida a conduzir um ser vivo à morte involuntária não pode ser interpretada como de proteção, exceto quando se intente, com referida medida, proteger outras vidas (estado de necessidade).**

Considerando as informações prestadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, nas quais o Órgão aponta hipóteses em que as apreensões de animais silvestres, assilvestrados ou domésticos podem ocasionar **risco à saúde pública humana ou mesmo dos próprios animais, com disseminação de pragas e doenças**, admito que, em tal contexto, **se mostra incontornável a solução extrema do abate.**

Não se deve esquecer da Declaração Universal dos Direitos dos Animais, de 27 de janeiro de 1978, marco que serviu de base para a evolução na concepção segundo a qual animais não podem ser considerados objetos à mercê da vontade humana.

A evolução legislativa acerca da proteção animal corrobora a linha



**ADPF 640 MC-REF / DF**

de que devem ser impedidos abusos contra animais nas diversas searas. Faço destaque das principais normas sobre o assunto:

a) Decreto-Lei n. 3.688/1941 (Leis das Contravenções Penais), art. 64º, que tipifica a crueldade contra os animais, estabelece medidas de proteção animal e prevê atentados contra animais domésticos e exóticos, os quais são de competência da Justiça estadual;

b) Decreto n. 24.645/1934:

Artigo 1º Todos os animais existentes no país são tutelados pelo Estado.

Artigo 2º Os animais serão assistidos em juízo pelos representantes do Ministério Público, seus substitutos legais e pelos membros das Sociedades Protetoras dos Animais.

[...]

Artigo 16º As autoridades federais, estaduais e municipais prestarão aos membros das Sociedades Protetoras dos Animais, a cooperação necessária para se fazer cumprir a lei.

c) Lei n. 6.938/1981 (Lei da Política Ambiental):

Artigo 1º Caracterizou a fauna como sendo os animais que vivem naturalmente fora do cativeiro. A indicação legal para diferenciar a Fauna Selvagem da Doméstica é a vida em liberdade ou fora de cativeiro.

A consciência do bem-estar animal é, hodiernamente, tutelada com penas severas aplicáveis àqueles que cometem maus-tratos contra animais domésticos, conforme a Lei n. 14.064/2020, que alterou o art. 32 da Lei n. 9.605/1998:

Art. 32. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar

**ADPF 640 MC-REF / DF**

animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos:

Pena – detenção, de três meses a um ano, e multa.

Esta Corte já vem delineando a necessidade de o homem não tratar os animais com crueldade, evitando-se abusos e sofrimentos desnecessários em esportes, lazer e uso indiscriminado para experimentos. Exemplo disso foi a ADI 4.983, da relatoria do eminente ministro Marco Aurélio, que entendeu a vaquejada como prática de crueldade inconstitucional, *in verbis*:

PROCESSO OBJETIVO – AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – ATUAÇÃO DO ADVOGADOGERAL DA UNIÃO. Consoante dispõe a norma imperativa do § 3º do artigo 103 do Diploma Maior, incumbe ao Advogado-Geral da União a defesa do ato ou texto impugnado na ação direta de inconstitucionalidade, não lhe cabendo emissão de simples parecer, a ponto de vir a concluir pela pecha de inconstitucionalidade. VAQUEJADA – MANIFESTAÇÃO CULTURAL – ANIMAIS CRUELDADE MANIFESTA – PRESERVAÇÃO DA FAUNA E DA FLORA – INCONSTITUCIONALIDADE. A obrigação de o Estado garantir a todos o pleno exercício de direitos culturais, incentivando a valorização e a difusão das manifestações, não prescinde da observância do disposto no inciso VII do artigo 225 da Carta Federal, o qual veda prática que acabe por submeter os animais à crueldade. Discrepa da norma constitucional a denominada vaquejada.”

(ADI 4.983, Plenário, Relator o ministro Marco Aurélio, DJe de 27 de abril de 2017)

Outra decisão que destaco é aquela que proibiu a “rinha de galo”, relatada pelo eminente ministro Eros Grau:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI N.

**ADPF 640 MC-REF / DF**

11.366/00 DO ESTADO DE SANTA CATARINA. ATO NORMATIVO QUE AUTORIZA E REGULAMENTA A CRIAÇÃO E A EXPOSIÇÃO DE AVES DE RAÇA E A REALIZAÇÃO DE “BRIGAS DE GALO”. A sujeição da vida animal a experiências de crueldade não é compatível com a Constituição do Brasil. Precedentes da Corte. Pedido de declaração de inconstitucionalidade julgado procedente.”

(ADI 2.514, Plenário, Relator o ministro Eros Grau, DJ de 9 de dezembro de 2005)

Desse modo, sem dúvida, a primazia é a proteção da vida dos animais apreendidos em situação de delito de maus-tratos e abusos, com a ressalva dos casos em que haja risco à saúde humana ou de outros animais.

Acresce também ser prudente admitir-se o abate nas **situações em que a preservação da vida do animal (sobretudo os mutilados) dependa da assunção pelo Poder Público de ônus econômico excessivo**, segundo critérios de conveniência e oportunidade, a serem sopesados caso a caso e com base em **laudos técnicos apropriados. A realidade do País é diversa. Assim, há muitos Municípios em diversos Estados da Federação que não possuem nenhuma estrutura para manutenção de tais animais. Além disso, há situações já analisadas no âmbito do RE 496.601, sobre a constitucionalidade de lei estadual que possibilite o sacrifício de animais em rituais religiosos de matrizes africanas, desde que também não sejam cometidos excessos ou crueldades; compatibilizada a liberdade religiosa e as normas de proteção à vida animal. Para além desses, há outros casos nos quais é necessário o controle de doenças e pragas como medida de controle fitossanitário em prol da sociedade.**

Mas tais situações já foram bem traçadas pelo eminente Relator e, como apontado, não dizem com o objeto desta ação. Assim, entendo ser caso de procedência da arguição conforme exposto por Sua Excelência.

**ADPF 640 MC-REF / DF**

Ante o exposto, acompanho o eminente Relator.

**É como voto.**

**PLENÁRIO**

**EXTRATO DE ATA**

**REFERENDO NA MEDIDA CAUTELAR NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 640**

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

**RELATOR : MIN. GILMAR MENDES**

REQTE.(S) : PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL - PROS

ADV.(A/S) : ROMULO MARTINS NAGIB (19015/DF, 19181/A/MT) E OUTRO(A/S)

INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA

PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL

PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

AM. CURIAE. : REDE DE MOBILIZAÇÃO PELA CAUSA ANIMAL - REMCA

ADV.(A/S) : CAROLINA BUSSENI BRANDAO (19736/BA)

AM. CURIAE. : PRINCÍPIO ANIMAL

ADV.(A/S) : CICERA DE FATIMA SILVA (173842/MG)

AM. CURIAE. : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

ADV.(A/S) : FELIPE DE SANTA CRUZ OLIVEIRA SCALETSKY (38672/DF, 095573/RJ)

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade, converteu a ratificação da medida cautelar em julgamento de mérito e julgou procedente o pedido formulado na arguição de descumprimento de preceito fundamental, para declarar a ilegitimidade da interpretação dos arts. 25, §§ 1º e 2º, da Lei 9.605/1998, bem como dos artigos 101, 102 e 103 do Decreto 6.514/2008 e demais normas infraconstitucionais, que autorizem o abate de animais apreendidos em situação de maus-tratos, nos termos do voto do Relator. Falaram: pelos interessados, a Dra. Edwiges Coelho Girão, Advogada da União; pelo *amicus curiae* Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, o Dr. Reynaldo Soares Velloso; pelo *amicus curiae* Rede de Mobilização pela Causa Animal - REMCA, o Dr. Yuri Fernandes Lima; e, pelo *amicus curiae* Princípio Animal, a Dra. Cícera de Fátima Silva. Plenário, Sessão Virtual de 10.9.2021 a 17.9.2021.

Composição: Ministros Luiz Fux (Presidente), Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Rosa Weber, Roberto Barroso, Edson Fachin, Alexandre de Moraes e Nunes Marques.

Carmen Lilian Oliveira de Souza  
Assessora-Chefe do Plenário